

AO AGENTE DE CONTRATAÇÕES/PREGOEIRO, designado através da Portaria G.P. nº 11, de 01 de fevereiro de 2024, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ.

Ref.: Processo Administrativo Licitatório nº 12399/203, Pregão Eletrônico nº 26/2024

A empresa **L D G ELETRICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 12.191.641/0001-50, com sede na Rua Antônio da Rocha Branco Filho, nº 1020 – casa, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP: 25780-000, neste ato representada por seu sócio administrador, **LEANDRO DOMINGOS GOMES**, portador do CPF nº 038.732.257-43, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no art. 165, inciso I, alínea c, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em face da decisão que a declarou inabilitada do certame em epígrafe, consoante segue:

**PRELIMINARMENTE:**

Cumpre esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer na “fase de manifestação de recurso”, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o art. 165, §1º, inciso I da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. **DA TEMPESTIVIDADE:**

Nos termos do art. 165, inciso I do caput, alínea c, da Lei nº 14.133/21, cabe recurso administrativo contra decisão de habilitação ou inabilitação de licitante no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

Considerando que a decisão que declarou a empresa Recorrente inabilitada foi proferida na sessão virtual de 13/06/2024 e que a empresa manifestou imediatamente o seu interesse no recurso, tem-se que o termo inicial para interposição do presente estender-se-à até o dia útil subsequente, 14/06/2024 (sexta-feira), iniciando-se, assim, a contagem.

Assim, o prazo final para interposição do presente Recurso dar-se-à em 18/06/2024 (terça-feira). Nestas condições, a interposição deste Recurso se mostra tempestiva.

2. **SÍNTESE DOS FATOS:**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, através do(a) agente de Contratações, designado(a) através da Portaria G.P. nº 11, de 01 de fevereiro de 2024, de conformidade com os processo administrativo nº 12399/2023, comunica aos interessados que irá realizar PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO PARA PRONTA CONTRATAÇÃO de objeto descrito abaixo, conforme as disposições contidas no Decreto Municipal 3.584 de 01 de dezembro de 2022, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM INSTALAÇÃO DE POSTES, CABEAMENTO E LUMINÁRIAS EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, sendo o Órgão Gerenciador a Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes (assinatura ao final do Edital).

Contudo, após ser vencedora da disputa de preços, a empresa Recorrente foi declarada inabilitada no Processo Administrativo Licitatório nº 12399/203, Pregão Eletrônico nº 26/2024, em sessão realizada em 13/06/2024, por descumprir o Edital, quanto aos seguintes pontos:

- Vedação ao Licitante ter em seu quadro representante com vínculo de natureza técnica e que tenha relação com o Município;
- Atestado de capacidade técnica;
- Comprovante de inscrição de profissional especializado no Conselho Técnico;
- Acervo técnico do profissional – CAT;
- Certidão de Registro Profissional;
- Diploma de Treinamento NR-10;
- Contrato de prestação de serviço;
- Declaração unificada;

Assim sendo, não restou outra alternativa para a empresa recorrente, a não ser interpor o presente recurso administrativo, tendo em vista que, a decisão que a declarou inabilitada no certame em epígrafe foi irregular e atentatória aos ditames das licitações pública, sobretudo diante do estabelecido na legislação própria e acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

### **NO MÉRITO**

#### **1. DAS RAZÕES RECURSAIS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS:**

##### **1.1. DA INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO QUANTO A COMPOSIÇÃO DO QUADRO TÉCNICO DA EMPRESA LICITANTE:**

Inicialmente, declarou-se a inabilitação da empresa Recorrente, ao argumento que é vedado ao licitante ter em seu quadro representante com vínculo de natureza técnica e que tenha relação com o Município, fundamentando tal argumento no art. 14, IV, da Lei 14.133/2021, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município.

Vejamos o que estabelece a citada norma:

"Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

(...) IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;**" (grifos nossos)

Destaca-se que a referida norma determina que QUALQUER PROIBIÇÃO PARA LICITAR OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DEVERÁ ESTAR EXPRESSA NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Neste sentido, vejamos o que estabelece o edital objeto desta demanda:

"4.7. Não poderão participar desta licitação os interessados (VEDAÇÕES):

4.7.1. Que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal;

4.7.2. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com esta Administração, nos termos do Inciso III do Artigo 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;

4.7.3. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município.

- 4.7.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.7.5. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.7.6. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.7.7. Que se enquadrem nas vedações previstas na lei 14.133/2021;
- 4.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014- TCU-Plenário)." (grifos nossos)

Conforme demonstrado, **o edital de licitação apenas vedou a participação de servidores como parte contratante com o ente Municipal.**

Destaca-se, ainda, a **LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 047 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013, quando trata das proibições ao servidor, estabelece que:**

"Art. 161 - Ao servidor é proibido:

(...)

XIII - exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresa, estabelecimento ou instituição que tenha relações industriais ou comerciais com o Município, em matéria que se relacione com a finalidade da repartição em que esteja lotado;" (grifos nossos)

No caso em tela, **o servidor SAMUEL DA SILVA VIRGÍNIO**, como reconhecido pela R. Pregoeira, **figura APENAS como responsável técnico da empresa Licitante**, não incorrendo em nenhuma das vedações previstas no presente Edital de Licitação.

Ademais, importante destacar que o **referido servidor não desempenha função na licitação ou atua na fiscalização ou na gestão do contrato objeto da licitação discutida**, sendo certo que o mesmo atua na Secretaria de Defesa Civil e Ordem Pública, reforçando a inexistência de qualquer impedimento para atuação como responsável técnico da empresa Recorrente.

Sendo assim, em respeito aos ditames norteadores das licitações públicas, mister que este R. Agente De Contratações/Pregoeiro reconheça a ilegalidade de seu ato e declare a sua nulidade, com fulcro no princípio da autotutela administrativa, previsto nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar que o ato administrativo quando realizado em discordância com algum preceito normativo se torna um ato viciado, defeituoso, devendo, assim, ser anulado a qualquer tempo. Neste caso, não há margem para a Administração deliberar sobre o atendimento ao interesse público; a mera quebra de premissa ocasiona o vício, sendo

passível de anulação, suscitada de ofício pela autoridade ou por terceiros interessados, como no caso em apreço.

1.2. **DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA LICITANTE**

Superada a possibilidade do servidor SAMUEL DA SILVA VIRGÍNIO figurar como responsável técnico da empresa Licitante, conforme fundamentação alhures, por conseguinte **deve ser declarada a validade de todos os documentos apresentados pela empresa Recorrente, inerentes aquele profissional, em especial:**

- **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NO CONSELHO TÉCNICO**, qual seja CREA-RJ, este último sob nº 75991/2024, válida até: 31/12/2024, Registro: 2020110089, cujo segue anexo:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL

**75991/2024**

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2024

Certificamos que o profissional abaixo citado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei Federal número 5.194, de 24 de dezembro de 1.966. Certificamos ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o Crea-RJ.

**DADOS DO REGISTRO**

Nome: SAMUEL DA SILVA VIRGINIO  
Registro: 2020110089  
Carteira: RJ-D  
CPF: 173.773.107-07  
RNP: 2019796201

Data de Registro: 11/01/2021  
Emitida em: 18/02/2021

**Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA**

**Atribuições:**

RES 218/73 - ART 08(AT.01 A 18)

RES 218/73 - ART 09(AT.01 A 18)

Formado pelo(a): UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS

Data colação de grau: 17/07/2020

**FINALIDADE DA CERTIDÃO: PROVA JUNTO A ORGÃO PÚBLICO**

- **CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL 73544/2022;**
- **DIPLOMAS DE TREINAMENTO NR-10**, cujo encontra-se devidamente assinado pelo participante e pelo instrutor;
- **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

Neste diapasão, mostra-se imperioso destacar que a comprovação de registro pode se dar por qualquer documento emitido pela instituição, haja vista que seus atos e, por conseguinte, documentos gozam de fé pública. Limitar esta comprovação à apresentação de documentação específica é restringir por completo o caráter competitivo da licitação.

1.3. **DA VALIDADE DO ACERVO TÉCNICO DO PROFISSIONAL – CAT APRESENTADO e DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA:**

A empresa Licitante fora surpreendida com a informação que o CAT apresentado, sob Registro de Atestado 92094/2022, não atende aos que determina o item 9.12.1.1 do edital, visto encontrar-se em nome de Samuel da Silva Virgínio, tendo como executante a empresa J. R. BENEVIDES COM. E SERV. LTDA, divergente da empresa Licitante.

Sobre o tema, a **Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA**, cuja dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências, **estabelece, quanto ao ACERVO TÉCNICO DO PROFISSIONAL – CAT, o que segue:**

“Art. 45. O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.

Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:

I – tenham sido baixadas; ou

II – não tenham sido baixadas, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nelas consignadas.

Art. 46. O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no Crea, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades.

“Art. 47. A Certidão de Acervo Técnico-Profissional – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.” (grifos nossos)

De acordo com as informações contidas no site do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA (<https://www.confea.org.br/servicos-prestados/certidao-de-acervo-tecnico-cat>), para empresas, **A CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DE UMA PESSOA JURÍDICA É REPRESENTADA PELO CONJUNTO DOS ACERVOS TÉCNICOS DOS PROFISSIONAIS INTEGRANTES DE SEU QUADRO TÉCNICO.** A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o profissional estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.



Assim, repita-se, o acervo é único e exclusivo do profissional e não da empresa. Tal informação conta, inclusive, na certidão apresentada pela empresa Licitante. Vejamos:

*A capacidade técnico profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.*

Logo, tendo em vista que o **CAT apresentado, sob Registro de Atestado 92094/2022**, encontra-se em nome de SAMUEL DA SILVA VIRGÍNIO, cujo é o responsável técnico pela empresa Licitante, este **deve ser considerado válido para fins de comprovação da CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DA PESSOA JURÍDICA RECORRENTE**.

1.4. **DA DECLARAÇÃO UNIFICADA:**

Por fim, nos fundamentos para inabilitação da empresa Recorrente, a N. Pregoeira acrescentou que a declaração unificada não atendeu aos preceitos do Edital.

Entretanto, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/21, como bem constou na citada fundamentação supra, tal documento deve ser considerado como preexistente, concedendo-se o direito à atualização/complementação da DECLARAÇÃO UNIFICADA, devendo, ainda, considerar tal obrigação como satisfeita, considerando a ora apresentação do referido documento retificado (em anexo), o qual atende integralmente o estabelecido no item 9.10 e anexo IV deste Edital.

2. **DA JURISPRUDÊNCIA e DOS PRINCÍPIOS INAPLICADOS:**

Quanto a impossibilidade de estabelecer critérios e/ou impedimentos não previstos no Edital para fundamentar a decisão de inabilitação de empresa em processo licitatório, o Tribunal de Contas da União já se posicionou:

“REPRESENTAÇÃO FORMULADA POR LICITANTE. INABILITAÇÃO INDEVIDA. UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIO MOTIVADOR DA INABILITAÇÃO NÃO PREVISTO NO EDITAL. AUDIÊNCIA. REJEIÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS. MULTA. 1. É irregular a inabilitação de licitante em concorrência pública utilizando-se de critério e motivação não previstos no edital. 2. A ocultação de informação relevante à habilitação dos licitantes fere os princípios do processo licitatório como os da legalidade, publicidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao disposto no instrumento convocatório (TCU 03379920130, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Data de Julgamento: 04/11/2014).

Quanto ao reconhecimento de irregularidade da Administração ao atribuir formalismo exagerado ao procedimento, o Tribunal de Contas da União também já se posicionou:

"É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame."(Acórdão 1795/2015-Plenário-TCU)"

"Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993)."(Acórdão 2730/2015-Plenário-TCU).

"Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."(Acórdão 357/2015-Plenário-TCU)"

Não se pode permitir que por EXCESSO DE FORMALIDADE uma empresa devidamente qualificada ao cumprimento do objeto seja desclassificada por mera irregularidade formal, em grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, expressamente previsto na nova lei de licitações.

Afinal, considerando que a finalidade da licitação pública de obtenção da melhor proposta é atingida com a Recorrente, há grave inobservância ao princípio da RAZOABILIDADE e PROPORCIONALIDADE com a sua exclusão.

Portanto, restou comprovado que a inabilitação da empresa Recorrente se trata de equívoco descumprimento dos termos do edital e legislação pertinente, devendo culminar na sua imediata HABILITAÇÃO.



**DOS PEDIDOS:**

Desse modo, em vista das argumentações e fundamentações ora apresentadas, sobretudo diante das orientações jurisprudenciais do Tribunal de Contas da União acima destacadas, requer:

1. O recebimento do presente recurso com seu efeito suspensivo, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/21;
2. Que o recurso administrativo em apreço seja julgado totalmente procedente, para fins de anular a decisão que declarou a empresa recorrente inabilitada do certame, reconhecendo-se a inexistência de vedação quanto ao responsável técnico vinculado à empresa Recorrente, declarando-se que a documentação apresentada atende integralmente às exigências do edital, especialmente quanto ao direito de complementação de documento preexistente;
3. Ademais, com a revisão da decisão atacada, seja declarada a nulidade de todos os atos praticados após a declaração de inabilitação da empresa Recorrente, e, ao final, seja declarada a Recorrente como devidamente habilitada e vencedora do referido processo licitatório, tendo em vista ter sido classificada em primeiro lugar;
4. Caso a decisão de inabilitação da empresa Recorrente seja mantida, que o presente recurso administrativo seja encaminhado à autoridade superior, nos termos do art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/21, para análise e posterior decisão.

Nestes termos,  
Pede e espera JUSTO deferimento.

São José do Vale do Rio Preto/RJ, 18 de junho de 2024.

L D G ELETRICA LTDA  
CNPJ nº 12.191.641/0001-50  
LEANDRO DOMINGOS GOMES